



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Pronunciamento após reunião da Comissão
Setorial de Convívio com o Semi-Árido e
Inclusão Social na região Nordeste e no Norte
do Estado de Minas Gerais*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE JUNHO DE 2001

Boa tarde.

Eu queria aproveitar para comunicar que, hoje, tivemos a primeira reunião da Comissão Setorial de Convívio com o Semi-Árido e Inclusão Social, que é a organização que nós montamos para fazer face aos desafios de mais uma seca no Nordeste.

Na verdade, a cada dois anos e meio, historicamente, temos assistido a secas no Nordeste. Por isso mesmo, como o Governo sabe que é uma questão que se repete, nós nos preparamos. Não nos preparamos só para a seca, preparamo-nos para outra questão: para ampliar a rede de proteção social. Nesses anos, fomos montando uma rede de proteção social significativa.

O Projeto Alvorada já contém os elementos básicos dessa rede. Através do Projeto Alvorada, nós juntamos esforços de vários Ministérios – da Educação, da Saúde, da Previdência, do Desenvolvimento Agrário – e estamos atendendo, de forma permanente – ou, pelo menos, iniciando um atendimento de forma permanente – uma boa porção dos que

estão alcançados pela seca. Na verdade, são cerca de mil municípios, neste momento. E, desses, 98% já fazem parte do Projeto Alvorada.

Com isso, estamos também alterando a filosofia tradicional de fazer frente à questão da seca. No passado, falava-se no combate à seca. Nós achamos que é preciso ter uma filosofia de convivência com a seca. Devo dizer que isso não é novo. Desde 1958, Celso Furtado já mencionava o fato de que a seca é uma questão da Natureza e que tem que haver uma adaptação da sociedade a essa situação, que se repete a cada dois anos e meio, a cada três anos.

Nessa mudança de filosofia, nós não estamos mantendo ao contrário, – se ao contrário, bem que tenhamos ainda que manter, porque estamos em uma fase de transição – os mecanismos tradicionais... Quais são esses mecanismos tradicionais? São o da demanda por água, que é natural. Então, carros-pipa. Em seguida, como não há recursos, frentes de trabalho. Em seguida, como dificilmente é possível fazer um trabalho útil dessa forma, há a transformação das frentes de trabalho em um mecanismo de assistencialismo. Junto com o assistencialismo, vem a exploração política. Isso, no seu todo e mais os desvios de recursos que havia no passado, significava o que se chama a “indústria da seca”.

Pois bem, desta vez, a indústria da seca não vai prevalecer. Vamos dar um fim a essa indústria da seca. Este fim vem sendo providenciado. Já no último flagelo, na última seca, houve uma transformação importante de filosofia e nós organizamos grupos locais de controle da distribuição das cestas básicas, do atendimento das populações, de controle das Prefeituras, num mecanismo de matrícula daqueles que seriam portadores, realmente, de necessidades e, portanto, estavam habilitados para ser atendidos pelo Governo. Isso foi sendo montado e já começou a haver uma modificação na filosofia do Governo para lidar com essa questão.

Agora, nós nos antecipamos mais ainda. Normalmente, essa pressão sobre o Governo Federal, em razão da seca, ocorre em julho, quando a seca já está deflagrada e quando o Sul e o Sudeste vêem aquelas imagens terríveis pela televisão, ou os relatos feitos nos jornais e pelas rádios, da tragédia que está ocorrendo. Isso cria um grande impacto, uma grande correria. Há solidariedade, que não tem canais para chegar até aqueles

que são necessitados. Desta vez, nos antecipamos. Já desde o mês de maio – hoje faz trinta dias – encarreguei o Ministro Raul Jungmann de coordenar esse conjunto de atividades. Hoje, nós fizemos a primeira reunião desta Câmara, que lidará com essa questão.

Já dispomos de recursos da ordem de 4 bilhões de reais, dentro, basicamente, do Projeto Alvorada – mas não apenas – para fazer frente a esse problema, no que diz respeito a esses mil municípios. São 4 bilhões de reais. Além do mais, temos, normalmente, a questão da Previdência Social, que é um programa, na prática, de transferência de renda, a tal ponto – o Ministro Raul Jungmann poderá detalhar depois – que a renda média do aposentado é maior, muitas vezes, do que a renda média familiar. A renda do aposentado é maior do que a renda média de quem trabalha. Ele poderá também mostrar dados que são bastante impressionantes, quanto ao fato de que, na época de seca, a renda média da região aumenta, o que não é uma coisa alentadora, porque significa que ela é muito baixa, normalmente. Tanto assim que, quando há a afluência de recursos federais, aumenta a renda média. Isso é o que explica também a angústia de Governadores, de Prefeitos, de políticos, de pedir recursos ao Governo Federal, porque é uma forma de aumentar a renda média da região.

Então, nós estamos, portanto, já com recursos disponíveis, com o programa. Nós temos o portal do Projeto Alvorada em muitos desses municípios que já integram esses vários programas. Vamos ter, basicamente, a bolsa-escola, a bolsa-alimentação, que são instrumentos muito importantes para combater a fome, sobretudo a bolsa-alimentação. Só no que diz respeito à bolsa-escola, nós vamos atender, nessa região, 2 milhões e 500 mil crianças. As famílias receberão uma bolsa-escola, desde que sejam cadastradas pela Prefeituras, e sob o controle da sociedade. Então já há esses mecanismos.

Há agora uma inovação, que é o chamado seguro-renda. Significa o seguinte: combate à frustração de colheita da população dessa região, que receberá uma compensação em termos de um seguro-renda, para o que nós dispomos de cerca de 400 milhões de reais já destinados, retirados do fundo de contingência do Governo Federal.

Eu queria dizer que, com esse conjunto de medidas e com a constituição desse grupo aqui em Brasília, diretamente ligado à Presidência da República, também se responde a uma velha demanda da região, de que houvesse o envolvimento da Presidência. Hoje, esta Comissão funciona na Presidência, ou seja, nós temos instrumentos para o poder político permitir agilizar o que houver – e eu espero que não haja – de entupimento burocrático.

Portanto, são essas as informações, e devo dizer que há muitos programas, além dos que eu mencionei. Mencionei praticamente três: bolsa-escola, bolsa-alimentação e seguro-renda mas, na verdade, existem outros programas de saneamento, de retirada de crianças do trabalho penoso que, sobretudo na região do Nordeste tem tido um efeito bastante significativo, de tal maneira que essa rede de proteção social existe e está funcionando. E começa a funcionar melhor e com mais dinamismo. E me apraz dizer isso, porque já cansei de ouvir críticas – que não são procedentes – de que o Governo faz o ajuste fiscal e, por isso, não faz a rede de proteção social. Ao contrário, nunca houve tanto recurso destinado, organizadamente, à proteção social, quebrando o clientelismo, quebrando a fisiologia, quebrando o assistencialismo, como nós temos hoje nos programas do Brasil. Todos aprovados já pelo Congresso Nacional.

Maiores detalhes eu peço ao Ministro Raul Jungman que responda.

Jornalista: Em relação à fome?

Presidente: A bolsa-alimentação vem junto com isso. Fome é, basicamente, a ausência de renda. Nós temos os programas de cesta básica. Esses programas de cesta básica existem, mas nós vamos, progressivamente, substituí-los por programas de renda direta porque, aí, a pessoa compra a produção no local, ao invés de você simplesmente desorganizar mais ainda a economia de subsistência, importando alimentos do Sul e Sudeste. É muito mais fácil, mais efetivo que haja um tíquete que permita o acesso à alimentação. Isso está em processo de formação, de modo que a questão da fome é combatida diretamente por todos esses

programas. É muito melhor haver uma distribuição de renda, que é o que nós estamos fazendo, do que mecanismos que terminam por beneficiar terceiros. No caso da compra de alimentos, quase toda ela era feita no Sul e Sudeste. E tem o transporte para o Nordeste, que encarece o alimento. E, às vezes, há alimento no Nordeste. Obviamente, não havendo, aí não há recursos de outros, até mesmo a cesta básica. Não há nenhuma reação de princípio contra a cesta básica onde for necessária.

Mas a transformação da cesta básica em renda para que a pessoa possa, ela própria, decidir, é o que dá cidadania. Ao invés de ter uma clientela, nós queremos ter cidadania. Que ninguém fique devendo nada a ninguém, senão que tenha o direito de sobreviver. E é por isso que essas redes permanentes de proteção social são importantes. Isso não vai resolver, obviamente, de forma definitiva, nem pode, o problema da pobreza. O problema da pobreza – e o da fome, por consequência, depende de uma continuidade do crescimento econômico, de mais empregos, de mudanças estruturais que estão em marcha.

Muito obrigado.